

Brasília-DF, 04 de maio de 2010.

## AGORA É HORA DE FORTALECER A GREVE



Iniciada aqui no Paraná em 6 de abril, nesta quinta-feira completaremos um mês de GREVE, e isso representa muito para nós que sabemos da legitimidade do movimento que busca um Plano de Carreira que atenda nossos anseios e também a contratação de novos servidores para desafogar o acúmulo de serviço na estafante jornada de trabalho nas Superintendências Estaduais, Gerências Regionais e Postos de Atendimento.

Sabemos que muitos companheiros e companheiras tinham receio de terem descontados os dias de greve no final do mês. Pois bem, com a Liminar do Superior Tribunal do de Justiça, esse receio se desfaz. Por isso, **estamos convocando a todos os servidores do Ministério do Trabalho no Paraná a aderirem à GREVE POR TEMPO INDETERMINADO e construir o fortalecimento da nossa luta.** Esta é a hora de mostramos a força da nossa mobilização para a luta. Não tenham medo, o governo tem que ceder e negociar, não estamos pedindo nada absurdo. Venham participar desta GREVE e mostrar ao governo que não estamos satisfeitos como nossos salários, nossa jornada estafante nem com as condições de trabalho que enfrentamos no dia a dia. Chega esperar sentado que o governo atenda nossas reivindicações. Somente na luta é que conquistamos algum benefício, foi assim na GESST, na GDASST, nas Tabelas da MP 431, no PCCS (47,11%) e há de ser assim também com a Nova Carreira. **Somente com a adesão da maioria é que poderemos conquistar a vitória que será de todos e para o benefício de todos!**

### Liminar garante o ponto do servidor em greve no MTE

Alguns ministros do STF, Superior Tribunal de Justiça, costumam ser previsíveis em suas decisões. O ministro da Segunda Turma, Mauro Campbell Marques, surpreendeu o governo ao conceder Liminar proibindo não só o corte de ponto dos grevistas do Ministério do Trabalho como também proibiu que se faça qualquer anotação semelhante na folha laboral dos servidores. O descontentamento maior foi do secretário de Recursos Humanos do Planejamento, Duvanier Ferreira, que na noite anterior, deu um show de deselegância e falta de civilidade ao se confrontar com o comando de greve do MTE.

O que se espera de um ministro do STJ é, no mínimo, bom censo, e isso Mauro Marques teve de sobra, não decidindo o mérito, que fica para posterior julgamento, mas por acolher a tese do “perigo eminente” de um trabalhador sofrer desconto sobre seus dias em greve que nem sequer teve julgado seu mérito.

É um deus nos acuda no governo para cassar essa Liminar que já apresenta resultados para os grevistas, com a adesão aumentando justamente daqueles que, por receio de penalidades, preferiram continuar trabalhando. Isso acontece no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, com o comando de greve aguardando novas adesões em outros estados. Convém lembrar a vigília pé-queente do pessoal do Paraná, que passou duas noites de frio intenso para protestar contra o descaso do governo em não atender as propostas apresentadas pelos servidores. Na segunda noite conquistaram a Liminar proibindo o corte de ponto.

Nesta semana ainda haverá nova rodada de negociações e espera-se que, agora o MPOG seja mais flexível e atenda, se não no todo, pelo menos em parte, as propostas apresentadas há mais de um ano. Não há, nas reivindicações, nada de absurdo, mas a necessidade de contratação de novos servidores é a mais importante no momento, pois as Agências do Trabalho atendem no limite extremo, levando seus servidores ao estresse pelo excesso de trabalho, um absurdo para um governo que se diz, com orgulho, oriundo da classe trabalhadora e também para um ministro representante do autêntico trabalhismo getulista e brizolista. Será? Info DF

## **INTRANSIGÊNCIA, DESCASO E FALTA DE RESPEITO**

### **Relatório da Audiência no MPOG – 28/04/2010**

Estas são as palavras que sintetizam melhor o que significou a reunião do dia 28 de abril com o Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva e o Comando Nacional de Greve dos Servidores do MTE.

Além de aguardarmos por duas horas, o Secretário resolveu nos atender junto com os servidores em greve da SPU, mesmo sabendo que se tratava de demandas diferentes, e ainda com tempo limitado para a reunião.

Logo no início, reivindicamos a presença de um representante por estado para acompanhar a reunião, sendo acordado que estes poderiam participar, mas na condição de ouvintes, sendo que somente 05 pessoas poderiam falar representando os servidores da SPU e 05 do nosso órgão.

O Secretário então nos informou que só dispunha de 40 minutos para nos atender, pois teria outra reunião agendada com os servidores em greve do IBAMA.

Ele separou a reunião em duas partes, sendo a primeira para tratar da demanda dos servidores em greve da SPU e a segunda sobre a nossa situação.

Quando apresentamos, mais uma vez, todo o histórico do nosso movimento e a nossa principal reivindicação, o secretário já se irritou com a explanação, dizendo que se a fala demorasse muito os outros não teriam tempo para falar. Durante a segunda intervenção que foi sobre o desconto dos dias parados, foi afirmado aos gritos pelo secretário que descontaria os dias parados de qualquer greve. E quando foi cobrado qual seria o embasamento legal para essa atitude autoritária, ele afirmou que a discussão não era do ponto de vista legal, e sim político. Quando retrucamos ao perguntar qual seria o motivo de um governo que se diz "representante da classe trabalhadora" se utilizar de um decreto do governo FHC para punir os grevistas, novamente se irritou afirmando que a questão era de política de governo.

Afirmou categoricamente que não há discussão de carreira específica para os servidores do MTE, e que entende que esta greve é desproporcional, pois segundo ele nós não estamos respeitando o acordo assinado até dezembro de 2010.

A realidade exposta durante a reunião foi a de que recebemos o pior salário da Administração Pública Federal, o que tem acarretado cerca de 20 pedidos de exoneração por semana, já que a maioria dos recém-concursados está sendo aprovada em outros concursos, comprovando que a "política" de pessoal adotada pelo Governo Federal para o Ministério do Trabalho e Emprego prejudica todos os trabalhadores e só interessa aos maus patrões, fomentando o trabalho ilegal, o trabalho escravo e o trabalho infantil. Mesmo ciente desta grave realidade no âmbito do MTE, não conseguimos sensibilizar o preposto do governo para que este negociasse as nossas justas reivindicações.

Durante toda a reunião, o Sr. Duvanier Paiva se mostrou bastante agressivo, demonstrando muita irritação, e descontrole emocional, sendo que por diversas vezes alterou a voz. Batendo na mesa em atitude de patente intimidação para com a classe trabalhadora, deixou claro que só abriria um processo negocial mediante a suspensão da greve pela segunda vez.

Sobre os dias parados, o Secretário de RH do MTE, Luiz Eduardo, afirmou que o valor de R\$ 300,00 foi um cálculo que segundo ele seria suportável para os servidores, já que não ultrapassaria o limite de 30% dos nossos salários. O Duvanier já tinha afirmado em reunião anterior com a Condsef que faria o desconto para todos, já que os gestores estavam com dificuldades em entregar os nomes dos grevistas.

Apesar de tentarmos estabelecer o diálogo, não foi possível devido à intransigência, o desrespeito e o descaso dispensado pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SRH/MPOG aos representantes dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego.

Ficou evidente que o governo Lula quer derrotar os grevistas pelo grito e pelo autoritarismo. Como também ficou latente que o Sr. Duvanier não tem o menor preparo para tratar os conflitos existentes. Qualquer possibilidade de negociação no MPOG, enquanto este senhor ocupar esse cargo está esgotada para os servidores do MTE. As cenas que foram assistidas nessa reunião, não foram vistas nestes últimos 20 anos da história de organização dos servidores públicos federais. Essas atitudes remetem aos odiosos anos da ditadura no nosso país.

O Sr. Duvanier mostrou bem o caráter desse governo, "370 bilhões para as grandes empresas e bancos, e para os servidores nenhum tostão.

O tratamento discriminatório imposto aos servidores do MTE não detém justificativa! Como justificar que o salário inicial dos companheiros do MPU é de R\$ 4.500,00 e do INSS é de R\$ 3.180,00 enquanto do MTE é de apenas R\$ 1.900,00? Isto é "política" de pessoal?

A vitória alcançada nos autos da Medida Cautelar Preparatória intentada pela CONDSEF e pela CNTSS, (de abrangência nacional), é fruto da unidade e da luta dos servidores do MTE, que mesmo diante do autoritarismo e da truculência dispensadas pelo MPOG, prosseguiram firmes na defesa do órgão, com a certeza de serem titulares de um direito justo e legítimo que não pode ficar apenas no campo da mera "pretensão".

Os Companheiros do MTE com coragem e determinação, ousaram escrever sua própria história e persistem na luta para fazer do sonho uma realidade. Vamos continuar firmes e unidos fortalecendo nossa mobilização para conquistar o atendimento de nossas reivindicações.

Este é um momento em que todos devem participar do movimento. A categoria foi tratada com desrespeito e descaso pelo preposto do governo. A greve é um instrumento legítimo dos trabalhadores e não pode ser tratada com medidas punitivas e coercitivas.

**VAMOS FORTALECER A LUTA!**

**COMANDO NACIONAL DE GREVE DOS SERVIDORES DO MTE**  
FENASPS – CONDSEF – CNTSS